

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor de Redação:** Otavio Frias Filho

**Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## O preço do perdão

Diante do desrespeito ao contribuinte e do golpe contra as finanças públicas consumados na aprovação da emenda que concede anistia às dívidas de pequenos e médios empresários, seria previsível que o governo federal reagisse, procurando demonstrar à sociedade um fato inequívoco: o calote consagrado pela maioria parlamentar implica custos reais e, portanto, sacrifícios para o conjunto da população.

Com efeito, a resposta do presidente da República à irresponsabilidade cometida pela maioria parlamentar não tardou. Mais uma vez, contudo, o Executivo preferiu reagir ao sabor das improvisações e dos casuísmos: decidiu, em contrapartida à anistia, suspender os créditos oficiais ao setor agrícola. O intuito só pode ser o de intimidar a área beneficiada e gerar pressões com vistas a suprimir a emenda no segundo turno. Afinal, caso venha a ser levada à frente, a decisão do governo servirá apenas para agravar ainda mais a já tumultuada situação da economia brasileira. Não faz sentido que o ônus do perdão às dívidas recaia unicamente sobre a agricultura, menos ainda sob a forma de um estrangulamento cujo resultado inevitável será a elevação dos preços dos produtos agrícolas. Note-se que o corte dos financiamentos anunciado pelo presidente não atinge apenas os favorecidos pelo despreparo, pelo cinismo e pela demagogia do Congresso constituinte. Envolve todos os agricultores, mesmo os que honraram seus compromissos.

Em lugar de uma represália precipitada e inconsistente, seria de esperar que o governo federal, antes de mais nada, pudesse provar à sociedade que seus esforços de austeridade chegaram a tal ponto que para obter a compensação do volume da anistia só resta suspender créditos ou elevar impostos. Não parece ser este o caso. Por mais que a equipe econômica esteja empenhada no

ajuste da máquina pública, não é preciso mais do que olhos para perceber que os desperdícios continuam sendo praticados sem maiores disfarces. Desde a opção pela ferrovia Norte-Sul —que está longe de ser uma prioridade do país— até a infundável lista de empresas estatais ineficientes, de órgãos inúteis, de empregados ociosos, as chamadas gorduras do governo ainda mal foram tocadas.

Se desfrutasse de uma imagem de eficiência e correção —e da credibilidade daí decorrente— nada impediria que acenasse com medidas excepcionais. Não simplesmente com retaliações, tão ao gosto e ao estilo do Executivo. Mas com alternativas factíveis para o caso de o dispositivo permanecer na Constituição. Tivesse um mínimo de crédito junto à opinião pública, poderia o governo até mesmo, num último recurso, inclinar-se pela hipótese de um empréstimo compulsório, levantada pelo ministro da Fazenda em pronunciamento que antecedeu a apreciação da emenda. Trata-se, enfim, de uma nova e odiosa socialização de prejuízos imposta ao país. Mas o próprio poder central encarregou-se de desmoralizar este tipo de mecanismo que, adotado em circunstâncias diversas das atuais, seria —diante do inevitável— uma opção até mesmo “politizadora”, ao despertar a consciência da sociedade a respeito do preço concreto da anistia. O próprio anúncio do empréstimo teria como um de seus efeitos —se houvesse autoridade e seriedade no poder— o endosso da população ao esforço em favor da reversão da medida.

Não é possível dissimular as consequências da anistia concedida aos endividados. O que se aprovou no Congresso constituinte foi uma escandalosa doação compulsória de cada contribuinte, destinada a sanar os problemas de uma minoria de empresários inadimplentes. De uma forma ou de outra a obra terá que assumir sua verdadeira face e dimensão.